

Informações sobre Proteção de Dados para Parceiros de Negócios da INEOS (BR)

O nosso tratamento de dados pessoais e direitos de titulares de dados - Informações de acordo com o Artigo 9º da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais do Brasil (“LGPD”)

Nessas “Informações sobre Proteção de Dados”, informamos sobre o tratamento de dados pessoais junto com os nossos relacionamentos comerciais e sobre os direitos de titulares de dados, de acordo com a lei de proteção de dados aplicável.

1. Quem é o responsável pelo tratamento de dados pessoais?	<p>O controlador responsável pelo tratamento de dados pessoais é:</p> <p>Ineos Compósitos do Brasil S.A. Rua Arthur César, 200 Ronda Araçariquama, SP, Brazil, 18147-000</p> <p>Nosso encarregado de proteção de dados poderá ser contatado através dos meios informados acima, ou via DataProtection.Brazil@ineos.com</p>
2. Quais dados de quais fontes tratamos?	<p>A iniciação e o desempenho dos nossos relacionamentos comerciais requerem o tratamento de dados das partes interessadas e parceiros contratuais (coletivamente, “parceiros de negócios”). Casos esses dados digam respeito a uma pessoa natural (ex.: caso você seja um empresário individual e estabeleça um relacionamento conosco), estes dados serão considerados como dados pessoais. Independentemente da natureza jurídica do nosso parceiro de negócios, processamos dados relativos às pessoas naturais envolvidas no relacionamento comercial.</p> <p>Os dados pessoais relevantes são, em particular,</p> <ul style="list-style-type: none">- os dados básicos sobre os nossos parceiros de negócios, as (futuras) pessoas naturais envolvidas no relacionamento comercial (tais como representantes legais, pessoas autorizadas ou pessoas de contato em nossos parceiros de negócios) e sobre o relacionamento comercial pretendido ou existente (“dados principais”);- as informações que surgirem durante o relacionamento comercial e excederem uma mera mudança dos dados principais (“dados de execução”), tais como informações sobre serviços prestados com base nos contratos concluídos ou outras informações que um parceiro de negócios fornecer. <p>Em princípio, coletamos dados principais e dados de execução diretamente dos nossos parceiros de negócios. Em alguns casos, também podemos armazenar informações sobre dados principais e de execução de terceiros, à medida que permitido por lei. Isso inclui, por exemplo, dados que recebemos das afiliadas dentro do Grupo INEOS, caso existam também relacionamentos comerciais junto a tais afiliadas, ou dados sobre a situação econômica de nossos parceiros de negócios, caso seja necessária a avaliação dos riscos econômicos - tais como falta de pagamentos no encerramento de contratos.</p>
	<p>Tratamos dados pessoais em conformidade com as disposições legais aplicáveis (particularmente, as disposições de lei geral de proteção de dados pessoais - LGPD), com os seguintes objetivos e nas seguintes bases legais:</p>

<p>3. Para quais objetivos e em que base legal tratamos dados pessoais</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Tratamos dados pessoais para o estabelecimento dos relacionamentos contratuais com os nossos parceiros de negócios ou para medidas pré-contratuais com base no Artigo 7º, V, LGPD Independentemente da natureza jurídica dos nossos parceiros de negócios, tratamos dados pessoais em relação a uma ou mais pessoas naturais envolvidas no relacionamento comercial, com base no nosso legítimo interesse e no legítimo interesse do nosso parceiro comercial na prospecção ou execução do relacionamento comercial, com base no Artigo 7, IX, LGPD. - Podemos tratar dados pessoais também para cumprimento de nossas obrigações legais às quais estamos sujeitos; este tratamento baseia-se no Artigo 7º, II, LGPD. As obrigações legais poderão, particularmente, incluir a divulgação obrigatória de dados pessoais às autoridades (fiscais). - À medida que for necessário, tratamos dados pessoais (além do tratamento para o estabelecimento dos relacionamentos contratuais ou medidas pré-contratuais para o desenvolvimento de nosso relacionamento comercial ou para cumprimento de obrigações legais), para fins dos nossos legítimos interesses ou dos legítimos interesses de um terceiro, com base no Artigo 7º, IX, LGPD. Legítimo interesse poderá incluir <ul style="list-style-type: none"> o processos internos de todas as entidades do Grupo INEOS para a administração interna dos dados do parceiro de negócios; o gestão e maior desenvolvimento das nossas operações comerciais, incluindo gestão de risco. - Além disso, poderemos tratar os dados pessoais para fins de identificação de riscos econômicos - tal como descumprimento de pagamentos - de nossas relações comerciais com base no Artigo 7º, X, LGPD, ou para fins de ajuizamento ou defesa em processos judiciais e na prevenção e investigação de ofensas criminais, com base no Artigo 7º, VI, LGPD. - Se concedermos a uma pessoa natural a opção de fornecer consentimento para o tratamento de dados pessoais, tratamos os dados pessoais abrangidos pelo consentimento, para os objetivos especificados em tal consentimento, com base no Artigo 7º, I, LGPD. <p>Favor observar que:</p> <ul style="list-style-type: none"> o a declaração do consentimento é voluntária; o que a falta de fornecimento de consentimento ou a revogação de um consentimento poderá, entretanto, ter consequências, e informaremos sobre tais consequências antes do fornecimento de seu consentimento; o o consentimento poderá ser revogado a qualquer momento, com efeito no futuro, nos comunicando por correio ou e-mail, usando as informações de contato especificadas nessas “Informações sobre Proteção de Dados”.
<p>4. Existe uma obrigação em fornecer dados pessoais?</p>	<p>O fornecimento dos dados pessoais especificados na seção 2 acima é necessário para a celebração e manutenção de um relacionamento comercial conosco, salvo se estabelecido em sentido contrário antes ou no momento da coleta de dados. Sem o fornecimento desses dados, não conseguiremos celebrar e manter um relacionamento comercial.</p> <p>Se coletarmos dados adicionais, indicaremos se o fornecimento de tais informações está baseado em uma obrigação legal ou contratual, ou necessário para a realização de um contrato. Geralmente indicamos quais informações podem ser fornecidas voluntariamente, e não estão baseadas em uma obrigação legal ou contratual, nem são necessárias para fins de um contrato.</p>

<p>5. Quem tem acesso aos dados pessoais?</p>	<p>Os dados pessoais geralmente são tratados dentro da nossa empresa. Dependendo das categorias de dados pessoais, apenas departamentos dedicados / unidades organizacionais têm acesso aos seus dados pessoais, à medida que necessário para a cumprimento com as obrigações contratuais e legais.</p>
	<p>Se, e na medida que permitido por lei, poderemos transferir seus dados pessoais a terceiros fora de nossa empresa. Tais terceiros poderão incluir:</p> <ul style="list-style-type: none"> - afiliadas no Grupo INEOS, às quais poderemos transferir dados pessoais para a administração interna dos dados do parceiro de negócios; - prestadores de serviço que - com base em contratos separados conosco - prestam certos serviços (ex.: nas áreas de serviços de TI, logísticas, serviços de impressão, cobrança, consultoria ou vendas/comercialização), possivelmente incluindo o processamento de dados pessoais, bem como subcontratados aprovados dos nossos prestadores de serviço; - órgãos privados ou públicos, à medida que formos obrigados a transferir seus dados pessoais, com base em uma obrigação legal à qual estamos sujeitos.
<p>6. Os dados são transferidos aos países fora do Brasil?</p>	<p>Se transferirmos dados pessoais aos destinatários sediados em países terceiros, aplicamos proteções apropriadas para garantir o nível necessário de proteção de dados no terceiro destinatário ou no país do destinatário. Proteções apropriadas significa que transferiremos apenas dados pessoais aos países ou organizações internacionais que fornecem um grau adequado de proteção de dados pessoais, conforme previstos pela LGPD, e quando o controlador oferecer e provar garantias de conformidade com os princípios, direitos e proteção de dados previstos na LGPD.</p>
<p>7. Por quanto tempo os dados pessoais são armazenados?</p>	<p>Geralmente armazenamos dados pessoais desde que tenhamos um legítimo interesse na retenção de tais dados, e o interesse do titular de dados em abster-se do tratamento futuro não prevaleça.</p> <p>Mesmo sem um legítimo interesse, poderemos continuar armazenando os dados, se houver uma obrigação legal (ex.: cumprimento com obrigações de retenção legal). Excluimos dados pessoais, mesmo sem uma ação pelo titular de dados, assim que a retenção não for mais necessária, para os fins para os quais os dados foram coletados, ou de outra forma, tratados, ou se a retenção não for, de outra forma, permitida por lei.</p> <p>Em geral, reteremos os dados pessoais coletados durante o relacionamento comercial, pelo menos até o final do respectivo relacionamento comercial. Os dados são eliminados, em qualquer caso, se os fins de coleta ou tratamentos forem alcançados. Este momento poderá ser após o fim do relacionamento comercial conosco. Se os dados pessoais precisarem ser armazenados para cumprir com uma obrigação legal, tais dados serão mantidos até o final do respectivo período de retenção. Se os dados pessoais só forem tratados para cumprir com uma obrigação de retenção legal, o acesso a tais dados geralmente é restrito, para que os dados sejam acessíveis apenas se necessário, para fins de obrigação de retenção.</p>
<p>8. Usamos tomada de decisão automática (incluindo caracterização)?</p>	<p>Durante o relacionamento comercial, geralmente não usamos a tomada de decisão automática (incluindo análise de perfil) dentro do contexto do Artigo 20 da LGPD. Se aplicarmos tais processos no futuro, informaremos os titulares de dados separadamente, de acordo com as disposições legais aplicáveis.</p>

<p>9. Quais são os direitos de um titular de dados?</p>	<p>Cada titular de dados (ou seja, a pessoa natural cujos dados pessoais são tratados) poderá:</p> <ul style="list-style-type: none"> - solicitar a confirmação do tratamento de seus dados pessoais, Artigo 18, I, LGPD; - solicitar o acesso a seus dados pessoais, Artigo 18, II, LGPD; - solicitar a correção dos dados pessoais incompletos, inexatos e desatualizados, Artigo 18, III, LGPD; - solicitar a exclusão de seus dados pessoais, Artigo 18, IV e VI, LGPD; - solicitar informações sobre os seus dados pessoais compartilhados com entidades públicas ou privadas, Artigo 18, VII, LGPD; - exercer o direito à portabilidade de dados, Artigo 18, V, LGPD; <p>Os direitos supramencionados poderão ser exercidos contra nós, por exemplo, nos notificando através dos contatos especificados nessas “Informações sobre Proteção de Dados”, Artigo 18, §3º, LGPD.</p> <p>Além disso, o titular de dados tem o direito de apresentar uma reclamação em relação ao tratamento de dados pessoais junto à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), Artigo 18, § 1º, LGPD.</p> <p><u>Direito de oposição, caso a caso</u></p> <p>Ademais, com base no Artigo 18, §2º, LGPD, um titular de dados tem o direito de se opor, a qualquer momento, ao tratamento de dados pessoais processados para fins de legítimo interesse, conforme o Artigo 7º, IX, LGPD por motivos decorrentes de seu interesse particular;</p> <p>Se um titular de dados apresentar uma objeção, não iremos tratar mais os dados pessoais correspondentes, a menos que demonstramos motivos legítimos convincentes para o tratamento, que se sobrepõem aos interesses, direitos e liberdades do titular de dados, ou para o ajuizamento, exercício ou defesa de reivindicações legais.</p>
--	---